

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR - *CAMPUS* DE CACOAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

SAN MARTIN CARVALHO DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA MENSURAÇÃO DO RESULTADO
ECONÔMICO PARA A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

**Trabalho de Conclusão de Curso
Artigo**

**Cacoal
2008**

SAN MARTIN CARVALHO DE OLIVEIRA

**A IMPORTÂNCIA DA MENSURAÇÃO DO RESULTADO
ECONÔMICO PARA A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

Artigo apresentado à Fundação
Universidade Federal de Rondônia,
Campus de Cacoal, como requisito
parcial para obtenção do Título de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

Cacoal
2008

A IMPORTÂNCIA DA MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO PARA A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Por

SAN MARTIN CARVALHO DE OLIVEIRA

**Artigo apresentado à Fundação Universidade
Federal de Rondônia, Curso de Ciências
Contábeis, para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Contábeis, mediante a Banca
Examinadora, formada por:**

Presidente

Profa. Ms. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira – Orientadora/UNIR

Membro

Profa. Ms. Lúcia Setsuko Ohara Yamada - UNIR

Membro

Profa. Ms. Suzenir Aguiar da Silva Sato - UNIR

**Cacoal
2008**

A IMPORTÂNCIA DA MENSURAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO PARA A GESTÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

San Martin Carvalho de Oliveira¹

RESUMO: A Lei n.º 4.320/64, artigo 85, prevê que os serviços de contabilidade nos entes públicos devem permitir analisar e interpretar os resultados econômicos. Contudo, a mesma não prevê um demonstrativo específico para se mensurar tal resultado. Visando atender a esse dispositivo legal, foi criado por Valmor Slomski um modelo de mensuração do resultado econômico em instituições públicas. Se produzir lucro econômico, o gestor público estará produzindo e distribuindo renda. Se produzir prejuízo econômico, a estrutura do agenciamento deverá ser revista. Com esse demonstrativo, atende-se ao artigo 85 da Lei n.º 4.320/64, demonstra-se a eficiência da administração pública no uso dos recursos públicos, e evidencia-se para a sociedade o valor do serviço público produzido pela entidade pública governamental ou não. O artigo foi desenvolvido com o objetivo geral de elaborar o Demonstrativo de Resultado Econômico de duas escolas públicas municipais de Ji-Paraná – RO, bem como demonstrar a importância do resultado alcançado para a sociedade. A metodologia utilizada foi de pesquisa bibliográfica, empregando-se, posteriormente, a pesquisa de campo com estudo de caso, para a coleta dos dados necessários à construção do Demonstrativo de Resultado Econômico das escolas públicas municipais Adão Valdir Lamota e Jandinei Cella. Os demonstrativos resultaram em prejuízo econômico nas duas escolas, notando-se claramente que os gastos com folha de pagamento consomem mais do que o valor de suas receitas econômicas. Esses prejuízos econômicos encontrados representam a ineficiência da administração pública no uso dos recursos públicos, além da não atenção devida à análise de custos pelos gestores públicos.

Palavras-chave: Resultado econômico. Serviço público. Gestão pública.

INTRODUÇÃO

A Lei n.º 4.320/64 determina, dentre outras coisas, as demonstrações obrigatórias a serem utilizadas pela contabilidade pública, que são: balanço orçamentário, balanço financeiro, balanço patrimonial e demonstração das variações patrimoniais.

Em seu artigo 85, prevê que os serviços de contabilidade nos entes públicos devem também permitir a análise e interpretação dos resultados econômicos. Contudo, a mesma não prevê um demonstrativo específico para que se mesure tal resultado.

Visando atender a esse dispositivo legal, foi criado por Valmor Slomski um modelo de mensuração do resultado econômico em instituições públicas, que evidenciará ao invés de um

¹ Graduando em Ciências Contábeis pela Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR, *Campus de Cacoal*, sob a orientação da Professora Mestre Nilza Duarte Aleixo de Oliveira.

déficit ou superávit, um lucro ou prejuízo econômico, algo que a maioria da sociedade está preparada para entender e comparar.

Se produzir lucro econômico, o gestor público estará produzindo e distribuindo renda. Se produzir prejuízo econômico, a estrutura do agenciamento deverá ser revista. Agenciar significa tratar de negócios como representante ou agente. Nesse caso, o agente é o gestor público, que representa a população que o elegeu.

O demonstrativo em questão permite que a sociedade e os gestores conheçam o resultado econômico das instituições públicas. Para os gestores, pode trazer transparência para a gestão sob sua responsabilidade, e para a população, permite a cobrança por melhores resultados de quem está administrando o patrimônio público, baseado em um demonstrativo cujo resultado pode ser entendido por grande parte da população.

O presente artigo teve como objetivo geral elaborar o Demonstrativo de Resultado Econômico de duas escolas públicas municipais de Ji-Paraná – RO, bem como demonstrar a importância do resultado alcançado para a sociedade. Teve como objetivos específicos: abordar conceitos, finalidade, legislação e estrutura do Demonstrativo de Resultado Econômico do setor público; comparar a finalidade do resultado econômico no setor público e setor privado; comparar a visão de gestão na administração pública e privada; elaborar o demonstrativo de resultado econômico, pelo modelo proposto por Valmor Slomski, de duas escolas públicas do Município de Ji-Paraná – RO; e divulgar para as escolas pesquisadas e para a secretaria municipal de educação, o Demonstrativo de Resultado Econômico elaborado.

A elaboração deste trabalho justifica-se pela importância de se elaborar um demonstrativo que mensure a eficiência do uso dos bens públicos, que possa avaliar o custo do agenciamento executado pelo gestor público, ao tratar da gestão pública em nome da sociedade e que, como instrumento de interpretação, permita à sociedade conhecer o quanto está sendo distribuído de renda para a população, se apresentar um resultado econômico positivo. Fundamentado no que foi exposto, pergunta-se: Qual o resultado econômico obtido pelas escolas públicas do município de Ji-Paraná, e estão as mesmas proporcionando distribuição de renda para a sociedade? A gestão está sendo eficiente na utilização dos bens públicos?

Para elaboração deste artigo utilizou-se de pesquisa bibliográfica em artigos eletrônicos, leis, livros e páginas da Internet, para a elaboração do referencial teórico. Em seguida, empregou-se a pesquisa de campo para a coleta dos dados, necessários à mensuração do resultado econômico do estudo de caso proposto, escolas Adão Valdir Lamota e Jandinei Cella, pertencentes à rede pública municipal de ensino de Ji-Paraná – RO.

No levantamento de dados foram visitadas onze instituições particulares de ensino encontradas na cidade citada, que ofereciam as mesmas séries que as escolas públicas municipais à população, onde foram coletados dados necessários para a apuração da receita econômica.

Os custos diretos e indiretos das duas escolas foram fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ji-Paraná – RO, setor de patrimônio, setor de folha de pagamento e pelas próprias escolas públicas municipais mencionadas, em levantamento documental, para construção do Demonstrativo de Resultado Econômico das escolas estudadas.

Então, com base nos dados coletados, foi construído e analisado o Demonstrativo de Resultado Econômico.

O método de desenvolvimento de pesquisa empregado foi o indutivo, com pesquisa qualitativa.

1 CONTABILIDADE

1.1 Conceitos e finalidades – setor público e privado

A contabilidade pública e a contabilidade privada, mesmo atuando em áreas diferentes, visam fornecer informações aos seus usuários para a tomada de decisão.

Guimarães (2001, p. 42) apresenta o seguinte conceito para contabilidade: “Contabilidade é a ciência que estuda, registra e controla o patrimônio das entidades com fins lucrativos ou não.”

A ciência contábil tem várias áreas de atuação. Para Marion (2006), a contabilidade geral pode ser empregada a diversos ramos de atividades. Como exemplo, quando aplicada a empresas comerciais, chama-se Contabilidade Comercial. Quando aplicada a empresas bancárias, nomeia-se Contabilidade Bancária. Se aplicada a empresas de seguros, classifica-se como Contabilidade Securitária.

Crepaldi (2003) afirma que, para cada tipo de informação pretendida, há um sistema contábil exclusivo. Desse modo, as principais áreas de atuação da contabilidade são: contabilidade pública, contabilidade fiscal, contabilidade de custos, contabilidade gerencial, auditoria, perícia contábil, contabilidade financeira, análise econômico financeira, avaliação de projetos. Há também áreas consideradas emergentes, como a contabilidade atuarial, contabilidade ambiental e contabilidade social.

Para Silva (2000), a contabilidade governamental é uma especialização da ciência contábil que, ao operar integrando registros orçamentários, financeiros, patrimoniais e econômicos, objetiva evidenciar todas as movimentações do patrimônio público e identificar os responsáveis por tais movimentações, visando à prestação de contas que deve ser apresentada pelo gestor público, e objetiva, também, registrar analisar e evidenciar os fatos administrativos que afetam a administração pública.

A contabilidade privada atinge a finalidade de demonstrar a situação patrimonial-econômico-financeira da empresa com o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Com esses dois relatórios, qualquer interessado nas operações da empresa pode fazer análises, traçar novos rumos para futuras transações, obter informações e tirar conclusões de ordem patrimonial-econômico-financeira (FEA/USP, 1998).

Lima e Castro (2000) afirmam que onde a contabilidade comercial apura a existência de lucro ou prejuízo, confrontando receitas com despesas, a contabilidade pública considera a existência de resultado diminutivo ou resultado aumentativo, por serem mais harmônicos com o conceito de orçamento.

Assim, nota-se que a contabilidade de instituições com e sem fins lucrativos compartilham finalidades, como as de controlar e registrar o patrimônio das entidades, demonstrando os resultados econômicos, patrimoniais e financeiros alcançados pelas mesmas, que serão as bases para a tomada de decisão e prestação de contas dessas entidades.

O quadro 1 lista as principais diferenças entre a contabilidade geral e a contabilidade governamental.

Quadro 1 – Comparação entre contabilidade geral e contabilidade governamental.

	CONTABILIDADE GERAL	CONTABILIDADE GOVERNAMENTAL
Campo de Investigação	Verifica todos os fatos administrativos e registra-os segundo o princípio de competência tanto para as receitas como para as despesas.	Verifica todos os fatos administrativos e registra-os segundo o princípio de realização para as receitas e de competência para as despesas.
Objetivos	Determina o resultado do exercício (lucro ou prejuízo).	Determina o resultado da gestão (superávit ou déficit).
	Controle das operações.	Controle das operações.
	Prestação de contas ao conselho de administração e aos acionistas.	Prestação de contas ao Poder Legislativo e à população.
	Tomada de decisões da empresa.	Tomada de decisão do Governo.
Natureza dos Dados Revelados	Controle orçamentário com metas estabelecidas.	Controle orçamentário apenas financeiro.
	Releva custos e resultados mais de acordo com a natureza das despesas: aluguel, salários etc.	Releva custos e resultados mais de acordo com a função das despesas: legislativa, judiciária, saúde etc.
	Releva dados históricos, mas Evidencia as demonstrações Contábeis em valores de moeda Constante.	Releva dados históricos e predeterminados (orçamento), mas não apresenta nenhuma das demonstrações com os efeitos da inflação

Contas financeiras e patrimoniais registradas em um só sistema.	Contas financeiras e patrimoniais registradas em dois sistemas durante o exercício, embora integradas no final do exercício.
Todos os e passivos são necessariamente evidenciados nas demonstrações.	Os bens de uso comum do povo, alguns valores a receber e passivos sem dotação orçamentária não são evidenciados nas demonstrações.

Fonte: Silva (2000, p. 196)

2 RESULTADO ECONÔMICO

Para Santos et al. (2003, p. 97), a palavra resultado, ou rédito, representa a “diferença entre as receitas e ganhos e as despesas e perdas de um período determinado”. Quando as receitas forem maiores que as despesas, o resultado será positivo, ou seja, haverá lucro. Se as receitas forem menores que as despesas, o resultado será negativo, ou seja, haverá prejuízo. Se as receitas forem iguais às despesas, o resultado será nulo.

Ainda Santos et al. (2003, p. 07), define receitas e despesas, onde receitas são consideradas como “os aumentos de elementos do ativo em decorrência de valores que a empresa recebe (dinheiro) ou tem direito a receber, proveniente de suas atividades normais ou acessórias, normalmente representadas pelas vendas de mercadorias, produtos ou serviços”. Já as despesas, “são bens ou serviços consumidos no esforço da obtenção das receitas, ou seja, são os gastos desembolsados ou devidos pela empresa, necessários ao desenvolvimento de suas operações normais ou acessórias”. Sua finalidade é obter uma receita superior ao seu valor.

Numa definição literal de rédito, Sá (1999, p. 205) diz que essa expressão provém do latim *redditus*, cujo significado é “o que é devolvido”, “o que é restituído”, “renda”, “lucro” ou “proveito”.

Já em uma definição técnica da palavra rédito, Sá diz (1999, p. 206) que o mesmo é “a variação que o capital da empresa suporta no tempo”, em decorrência de sua atividade. Na página 205 da mesma obra é dito que rédito, como conceito, “é muito mais expressivo que resultado, pois tem maior genuinidade etimológica, ou seja, não é uma simples diferença, mas, sim, o fruto de uma ação que teve como efeito uma conseqüência, como devolução, acréscimo ou redução do capital”. Ele ocorre quando há uma variação do capital, como conseqüência de sua movimentação, “em decorrência da atividade desenvolvida para a

utilização do mesmo”. A palavra capital é aqui entendida como “todo o patrimônio da empresa volvido à obtenção da finalidade lucrativa”. Esse movimento provoca uma modificação na riqueza, fazendo-a ser aumentada ou reduzida, como uma devolução (rédito) que pode ser eficaz ou ineficaz. Será eficaz se houver um aumento do capital, em decorrência de sua variação no desempenho da atividade, onde haverá um rédito positivo, o que determinará que houve lucro. Será ineficaz se houver uma redução do capital, onde haverá um rédito negativo, o que determinará que houve perda.

Para Slomski (2001), a literatura contábil define o resultado econômico como o melhor indicador do grau de eficácia das empresas.

Acerca da eficácia empresarial, Catelli e Guerreiro (*apud* SLOMSKI, 2003, p. 406) afirmam que a produtividade, eficiência, satisfação, adaptabilidade e desenvolvimento são fatores necessários para que ela seja alcançada e que, em relação às entidades públicas, esses fatores não são diferentes dos que as empresas procuram para atingir a eficácia, já que produtividade está relacionada à “otimização de volumes de bens e serviços demandados, considerando uma capacidade instalada”. A eficiência “diz respeito ao consumo ótimo de recursos, dados os volumes de produção e serviços demandados pelo mercado (pela população)”. A satisfação, nesse caso, dos agentes envolvidos na cadeia de relacionamentos, “diz respeito ao atendimento das necessidades dos diversos agentes com os quais a empresa se relaciona”. Já a adaptabilidade, nesse caso, do processo dos gestores, “diz respeito à capacitação dos gestores de agir em um ambiente de constantes e profundas modificações, de aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado, de fornecer respostas rápidas aos desafios e ter rapidez na tomada de decisões, entre outros aspectos”. Quando falam do desenvolvimento, o relacionam à ampliação do conhecimento e competência da entidade. Esses fatores apresentados demonstram que as entidades privadas e as públicas compartilham diversas bases para que a eficácia seja alcançada.

2.1 Setor Privado

O resultado econômico no setor privado é o resultado do exercício das empresas privadas, determinado pela Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), que evidenciará lucro ou prejuízo.

O objetivo da demonstração do resultado do exercício é, segundo a FIPECAFI (2007), o fornecimento de dados básicos e essenciais da formação do resultado do exercício. De

acordo com Marion (1998), nela apresenta-se um resumo ordenado das despesas e receitas do período, formando a apuração do resultado das operações, facilitando a tomada de decisão. Através dessa apuração do resultado, verifica-se se os benefícios obtidos foram maiores que os sacrifícios realizados, que é o maior objetivo da empresa.

Marion (1998) diz que ao confrontar as receitas com as despesas, que indicará o resultado dos negócios, a contabilidade sabe se a empresa obteve lucro ou prejuízo (resultado econômico). A mesma terá lucro quando tiver mais receita do que despesa. Apresentará prejuízo se apresentar mais despesa do que receita.

As finalidades mais importantes da Demonstração do Resultado do Exercício, que apura o resultado econômico, são segundo FEA/USP (1998, p.70):

- a) Os acionistas e quotistas são informados sobre os resultados das operações;
- b) Os bancos podem apurar, através dele, a rentabilidade das empresas para atender aos financiamentos solicitados pelas mesmas;
- c) Interessa aos investidores de ações e debêntures;
- d) Aos próprios administradores para medirem sua eficiência e, quando necessário, alterarem a política dos negócios da empresa, como por exemplo: alteração dos preços, aumento de produção, expansão da propaganda etc.

Apesar do lucro exato de uma empresa poder ser apurado somente no fim de suas atividades, após o pagamento de suas obrigações e liquidação de seu ativo, o lucro apurado na demonstração do resultado do exercício pode ser considerado correto, já que as empresas geralmente não sabem quanto tempo irão permanecer no mercado e precisam conhecer o resultado de sua operação (FEA/USP, 1998).

2.2 Setor público

No setor público, quando se reporta o resultado econômico, o que se destaca é a demonstração das variações patrimoniais, que evidencia as alterações verificadas no patrimônio. Essa demonstração evidenciará um déficit ou superávit como resultado, onde as variações nela presentes representariam receitas e despesas para a entidade pública. Kohama (2000, p. 24) diz que a demonstração das variações patrimoniais é semelhante “ao demonstrativo da conta de Lucros e Perdas utilizado pelas empresas privadas, até porque ambos se referem à apuração de resultados do exercício”. Um faria essa apuração de resultado

“do ponto de vista das variações ocorridas no patrimônio, e o outro do ponto de vista da movimentação comercial, em termos de lucros e perdas”.

O artigo 85 da Lei n.º 4.320/64 prevê que os serviços de contabilidade nos entes públicos devem permitir: “o acompanhamento da execução orçamentária e o conhecimento da composição patrimonial, determinação dos custos dos serviços industriais, o levantamento dos balanços gerais, a análise e a interpretação dos resultados econômicos e financeiros”.

Slomski (2001, p. 46) diz o seguinte acerca do referido artigo: “este artigo é apenas parcialmente atendido pelos demonstrativos contábeis produzidos pela contabilidade pública brasileira, segundo a Lei 4.320/64, a qual não possibilita a análise e a interpretação dos resultados econômicos”. É dito, na mesma obra, que (2001, p. 20): “Nas entidades de direito público interno, do ponto de vista legal, os resultados gerais do exercício são demonstrados no Balanço Orçamentário, no Balanço Financeiro, no Balanço Patrimonial e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais”.

Acerca dos resultados apresentados pelas instituições públicas em seus balanços, Slomski (2005) diz que eles são disponibilizados para os gestores e para a população como déficit e superávit, que nem sempre podem ser entendidos por toda a população, acostumada aos termos lucro ou prejuízo, evidenciando apenas o consumo de recursos, diminuindo até a possibilidade de uma análise gerencial desses resultados por parte dos gestores. Quando citado como superávit, não reflete o resultado econômico sob o foco da lucratividade da gestão, pois, déficit e superávit indicam, respectivamente, consumo de recursos maior do que a disponibilização e consumo de recursos menor do que a quantidade disponibilizada. Não há comparabilidade entre déficit ou prejuízo e superávit ou lucro porque eles têm significados diferentes, já que o superávit demonstra a economia de recursos, e o lucro aponta o alcance da eficácia na empresa privada.

Então, Slomski (2001) propõe um modelo conceitual que pode ser usado para se mensurar o resultado econômico de entidades públicas. Essa demonstração, denominada Demonstração do Resultado Econômico pode trazer transparência à gestão dos entes públicos que o adotarem, servindo como um indicador do desempenho da administração que o utilizar, complementando as demonstrações já utilizadas, como os balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais. Salienta-se, que os resultados fornecidos pelos atuais balanços não devem ser vistos como sem significado, pois “têm um objetivo definido, que é o de cotejar os dados financeiros e patrimoniais da entidade”. Assim, Slomski (2005, p. 100) diz que esse resultado, que será lucro ou prejuízo, cria “um processo

para comparação com um indicador de desempenho que a maioria da sociedade está preparada para entender sem maiores detalhamentos”.

3 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO

3.1 Conceitos, estrutura e apuração do resultado econômico

Segundo Slomski (2005), seu modelo de mensuração é uma demonstração que visa possibilitar a análise e a interpretação do resultado econômico de acordo com o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64, evidenciar os resultados da gestão de determinado ente público sob o foco da lucratividade, demonstrar a eficiência da administração pública no uso dos recursos públicos, e evidenciar também, para a sociedade, o valor do serviço público produzido pela entidade pública governamental ou não. Esse modelo de mensuração não é exigido pela Lei n.º 4.320/64.

Antes de se mensurar o resultado econômico em entidades públicas, deve-se subentender que, para a manutenção das entidades públicas, “o cidadão compõe o corpo contribuinte das fontes de recursos, para a manutenção da entidade pública”. Subentende-se, também, que é missão da entidade pública prestar serviços para que a coletividade se desenvolva e tenha bem-estar, e, concluindo o raciocínio, que num país com regime econômico capitalista e com competição no mercado, “o cidadão buscaria o menor preço de mercado a vista para a contratação de serviços” (SLOMSKI, 2005, p. 101).

A demonstração do resultado econômico, segundo o modelo proposto por Slomski (2005, p. 101), tem a estrutura apresentada no quadro 2.

Quadro 2 – Estrutura da Demonstração do Resultado Econômico

Identificação da Esfera de Governo DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO Período de Referência	
Receita Econômica	
(-) Custos Diretos Identificáveis Aos Serviços	
= Margem Bruta	
(-) Depreciações	
(-) Custos indiretos identificáveis aos serviços	
= Resultado econômico	

Para a correta interpretação da demonstração do resultado econômico, faz-se necessário conhecer as definições de receita econômica, custo de oportunidade, custos diretos e indiretos, margem bruta e depreciação. Slomski (2005, p. 98) diz que a receita econômica é conceituada como “a receita não explícita na prestação de serviços públicos”. Para Martins (2003, p. 234), custo de oportunidade é “o quanto a empresa sacrificou em termos de remuneração por ter aplicado seus recursos numa alternativa ao invés de em outra”. Já Slomski (2005, p. 98) dá uma definição mais próxima da realidade de seu modelo de mensuração ao dizer que custo de oportunidade é “o valor do bem ou serviço de que se prescinde. A alternativa de que se abdicou é designada custo de oportunidade”. Diz também (2005, p. 98) que para se mensurar a receita econômica, multiplica-se o custo de oportunidade, “que o cidadão desprezou ao utilizar o serviço público”, pelos serviços que a entidade tenha efetivamente prestado, e finaliza dizendo que “nas entidades públicas, para efeito do cálculo da receita econômica, deve-se considerar como custo de oportunidade o menor preço de mercado a vista, com similar qualidade e oportunidade daquele que o cidadão desprezou ao utilizar o serviço público”. Nas instituições públicas, a receita econômica não é evidenciada nos demonstrativos obrigatórios exigidos na Lei n.º 4.320/64.

A palavra custo é conceituada por Santos et al. (2003), como “gastos desembolsados ou devidos pela companhia para produzir os produtos ou colocá-los à disposição dos clientes nas empresas comerciais”.

Já para Martins (2003, p. 25), custo é o “gasto relativo a um bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços”, ou seja, são gastos ligados às atividades de produção ou prestação de serviços. Se os gastos não forem ligados a essas atividades, não serão custos.

Assim, os custos diretos são, segundo Martins (2003), custos que podem ser apropriados aos produtos (ou serviços) de maneira direta. Para que isso aconteça, basta haver uma medida de consumo do material empregado na produção, como, por exemplo, horas de mão-de-obra, ou quilogramas de materiais consumidos.

A margem bruta pode ser comparada ao lucro bruto da Demonstração do Resultado do Exercício da empresa privada, o que, para Iudícibus e Marion (1995), é o resultado da subtração da receita líquida (receita bruta menos deduções de vendas) pelo custo das mercadorias vendidas (nesse caso, custo dos serviços prestados). O valor do lucro bruto será responsável por cobrir as despesas e por remunerar o governo, através de tributos, e os proprietários da empresa, através do lucro líquido. Ainda para Iudícibus e Marion (1995, p. 172), o lucro bruto pode ser visualizado da seguinte maneira:

Receita Bruta (Receita Operacional Bruta)

(-) Deduções

= Receita Líquida

(-) Custo das vendas

= Lucro Bruto (Resultado Operacional Bruto)

Para Guimarães (2001), a depreciação representa o valor que o bem perde pelo uso.

Para Gonçalves e Baptista (1998), a depreciação é a desvalorização dos bens corpóreos integrantes do ativo permanente, por desgaste ou perda de utilidade pelo uso e, ainda, obsolescência ou ação da natureza.

Os custos indiretos, segundo Martins (2003), são custos que não podem ser alocados diretamente aos produtos por não oferecerem condição de medida objetiva, sendo alocados aos produtos ou serviços de maneira arbitrária.

Assim, ao se calcular o valor da receita econômica e se deduzir dela os custos e depreciações da entidade, chega-se ao resultado econômico, que demonstrará, na opinião de Slomski (2005), dentre outras coisas, o resultado da gestão de determinado ente público sob o foco da lucratividade e permitirá o conhecimento pela sociedade do valor do serviço público produzido.

Ainda, a respeito do resultado econômico, deve-se considerar que:

Num país capitalista com mercado competitivo, o preço seja formado por duas variáveis, custo e margem (ou lucro), mesmo se tratando do menor preço de mercado, essas duas variáveis estarão embutidas. Assim, poder-se-á verificar se o custo do agenciamento está dentro de condições razoáveis, quando se mensura o resultado econômico de acordo com o modelo proposto por Slomski, pois se houver: lucro econômico significa que o agenciamento está sendo a um custo menor do que o preço de mercado. Prejuízo econômico, a sociedade poderá rever toda a estrutura do agenciamento (SLOMSKI, 2005, p. 100).

De acordo com Slomski (2005, p. 100), quando a entidade produz lucro econômico, que será um resultado positivo, o cidadão (principal) estará sabendo que o gestor e seus auxiliares (agentes) estão “produzindo e distribuindo renda econômica”, pois, conforme Longo e Troster (*apud* SLOMSKI, 2005, p. 100), o Estado tem por objetivo:

Melhorar a distribuição de renda tendo presentes as considerações de eficiência, a qual fica evidenciada quando a Demonstração do Resultado Econômico apresenta lucro econômico e, ineficiência, quando apresenta prejuízo econômico.

Porém, segundo Drucker (*apud* SLOMSKI, 2001, p. 9):

As instituições sem fins lucrativos tendem a não dar prioridade ao desempenho e aos resultados. Contudo, eles são muito mais importantes – e muito mais difíceis de medir e controlar – na instituição sem fins lucrativos do que na empresa privada.

Slomski (2005, p. 107) diz que a sociedade deverá se esforçar para que as entidades de direito público interno mensurem a receita econômica, para que os gestores eleitos possam, a partir do resultado econômico alcançado, tomar decisões de “fazer ou deixar de fazer alguma atividade” e para que prestem contas à sociedade de uma maneira diferente em relação à realização de obras que podem ser vistas pela população, comprovando “quão lucrativa foi a gestão do patrimônio da entidade, sob sua responsabilidade, naquele período”.

Conclui-se o assunto dizendo que, quando se trata de fazer ou deixar de fazer alguma atividade, Osborne e Gaebler dizem que:

A maioria dos legislativos e executivos públicos não sabe dizer quais dos programas que patrocinam são bem-sucedidos e quais não são. Quando eles impõem cortes ao orçamento, não sabem se estão cortando “supérfluos” ou “essenciais”. Faltando-lhes informações objetivas quanto aos resultados, estabelecem suas decisões, em grande escala, com base em critérios políticos (*apud* MOURA; MATSUMOTO, 2006).

A mensuração do resultado econômico, que obriga também a mensuração dos custos diretos, indiretos e depreciação, já seria uma opção para saber o que está sendo bem-sucedido e o que não está. Mas, se não houver a vontade de conhecimento desses custos diretos e indiretos, depreciação e resultado econômico, que são dados que podem servir para uma análise gerencial, separadamente ou consolidadamente, poderá não haver, como dizem Osborne e Gaebler (*apud* MOURA; MATSUMOTO, 2006), conhecimento do que é supérfluo ou essencial nos cortes e do que está tendo um resultado econômico positivo ou não.

4 GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA

Junior, Pestana e Franco (1997, p. 12) citam que o termo em latim *gestione*, que originou o termo gestão, quer dizer administração, gerência, gerir, sendo, mais especificamente, o ato de “planejar, organizar, dirigir e controlar recursos, visando atingir determinado objetivo”.

Segundo Catelli (*apud* JUNIOR; PESTANA; FRANCO, 1997, p. 12) “gerir é fazer as coisas acontecerem e conduzir a organização para seus objetivos”, ou seja, transformar o planejamento em ações e alcançar os objetivos da organização.

4.1 Gestão pública

Acerca de gestão pública, Andrade (2002, p. 23) diz que “a gestão do patrimônio público não visa ao ‘lucro financeiro’, mas ao denominado ‘lucro social’”.

Falando do patrimônio público, Jacinto (1989) diz que gestão é o ato de gerir um patrimônio e que ela determina a dinâmica desse patrimônio, que, como ocorre com o das empresas comerciais, também sofre mutação.

Kohama (2001) diz que o Estado gerencia as atividades que lhe são próprias, por corresponderem a interesse público, através do conjunto de órgãos que formam a administração pública. Para ele, administração pública conceitua-se como “todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas” (2001, p. 31).

Duez (*apud* KOHAMA, 2001) define administração pública como “a atividade funcional concreta do Estado que satisfaz as necessidades coletivas em forma direta, contínua e permanente, e com sujeição ao ordenamento jurídico vigente”.

Em sua definição, Neto (1991) diz que todo o sistema de governo que determina como se distribui e se exerce a autoridade política e como se atendem os interesses públicos é chamado de Administração Pública.

Meirelles (*apud* KOHAMA, 2001) cita a diferença existente entre a administração pública e a privada: “Na Administração Pública não há liberdade pessoal. Enquanto na administração particular é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe, na administração pública só é permitido fazer o que a lei autoriza”.

Essa limitação legal é importante porque o gestor público administra o dinheiro que a sociedade lhe entregou via tributos para que a mesma tenha suas necessidades atendidas, mas não impede que a gestão pública esteja voltada para os interesses sociais com serviços que realmente sejam prestados com qualidade e com controle de custos, para melhor aplicar o capital da sociedade, e não o contrário como tem ocorrido.

O fato de ser uma instituição pública, cuja administração é regulada por lei não impede o uso de métodos e técnicas utilizados pelas empresas privadas para maximização de resultados, minimização de custos e desperdícios, para que o capital arrecadado seja aplicado de maneira eficiente no atendimento das necessidades públicas.

4.2 Gestão privada

Junior, Pestana e Franco (1997) dizem que um processo adequado de gestão empresarial é aquele que alia a necessidade de alcançar resultados adequados, a identificação das necessidades de mudanças e ferramentas adequadas para que elas aconteçam, a recompensa aos empregados pelos resultados alcançados e o *feedback* dos clientes, fornecedores e funcionários da entidade.

Para Botelho (1995, p. 11), a “visão de empresário” tem que:

- a) Montar uma estrutura profissionalmente capaz de obter cada vez mais melhores resultados.
- b) Passar a “olhar” para o futuro, tanto quanto é capaz de “olhar” para o presente.
- c) Cuidar tanto dos clientes, quanto cuida dos pedidos.
- d) Produzir idéias, tanto quanto é capaz de produzir lucros.

Para Botelho (1995), o empresário trabalha pela lucratividade, e o objetivo de quem constitui uma empresa é obter o maior resultado ao menor custo possível. Acerca da empresa, ela é, primeiramente, uma entidade econômica, lembrando que a mesma só conseguirá o máximo de lucros ao menor custo possível se tiver funcionários e clientes satisfeitos.

Junior, Pestana e Franco (1997, p. 12) lembram que uma entidade tem muitas finalidades, além de maximizar seus resultados, como: “melhoria de produtividade, satisfação de seus clientes, responsabilidade pública, desenvolvimento de recursos humanos etc.”

A respeito da administração inteligente, Botelho (1995, p. 81) diz que “administração inteligente é aquela que obtém o máximo de satisfação e desempenho das pessoas”.

Botelho (1995) diz, ainda, que a empresa precisa provocar reações positivas em seus consumidores. Para isso, ela precisa provar que existe para satisfazer os consumidores, e não a si mesma, assim como uma repartição pública existe para atender aos cidadãos, e não aos funcionários públicos.

5 ELABORAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DE RESULTADO ECONÔMICO DE ACORDO COM MODELO PROPOSTO POR SLOMSKI.

Foi elaborado o demonstrativo de resultado econômico de duas escolas públicas do Município de Ji-Paraná – RO, a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental

Adão Valdir Lamota e Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jandinei Cella.

De acordo com relatórios fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação - SEMED, a Prefeitura Municipal de Ji-Paraná – RO mantém 23 escolas municipais, das quais 9 encontram-se na zona rural e 14 na zona urbana, conforme anexo M deste trabalho. Os recursos financeiros destinados a essas escolas têm origem nas esferas municipal e federal. Segundo o censo escolar de 2007 havia nas escolas urbanas um total de 4.538 alunos, e na zona rural, um total de 2.017 alunos, totalizando 6.555 alunos estudando nas escolas públicas municipais de Ji-Paraná – RO.

O quadro 3 lista o número de alunos por série do ensino regular, das escolas urbanas e rurais do município de Ji-Paraná, mantidos pela prefeitura no ano de 2007.

Quadro 3 – Número de alunos do ensino regular.

Escolas	Ensino Regular																
	Mat.	Pré			Total E. Inf.	1º	2º	3º	4º	Total 1º a 4º	5º	6º	7º	8º	Total 5º a 8º	Total E. Fund.	Total E. Reg.
		I	II	III													
Urbanas	146	281	675	775	1877	547	496	432	369	1844	0	0	0	0	0	1844	3721
Rurais	0	0	0	0	0	255	241	235	283	1014	303	281	231	188	1003	2017	2017
TOTAL	146	281	675	775	1877	802	737	667	652	2858	303	281	231	188	1003	3861	5738

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

Conforme relatórios fornecidos pela SEMED, observa-se que as escolas pesquisadas, em 2007 ofereciam a educação infantil e ensino fundamental nas turmas de 1º a 4º séries. As mesmas ofereciam também o EJA – Educação de Jovens e Adultos, e o Acelera, que combate os baixos níveis de aprendizagem, a repetência e a distorção idade/série. Mas, por serem modalidades de ensino diferentes da regular, com diferentes grades, ensino e forma de financiamento, e por não terem sido encontrados correspondentes na iniciativa privada com a mesma metodologia de ensino, no ano de 2007, os alunos do EJA e do Acelera foram excluídos do cálculo do custo de oportunidade para se chegar aos valores de suas receitas econômicas, bem como as despesas de docentes das referidas modalidades de ensino, nos custos diretos.

5.1 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Adão Valdir Lamota

A E.M.E.I.E.F. Adão Valdir Lamota, criada pelo decreto n.º 1.481 GAB/PMJP/91, iniciou suas atividades em 29 de agosto de 1991, na Rua Guarulhos, 2610, Bairro JK. A escola recebeu esse nome para homenagear o comerciante e esportista Adão Valdir Lamota, que muito contribuiu com a educação do município. A mesma atende um total 667 alunos, divididos em educação infantil, ensino fundamental (séries iniciais) e o EJA 1ª/4ª e 5ª/8ª, sendo 16 deles portadores de necessidades educativas especiais (PROPOSTA PEDAGÓGICA, 2008).

5.1.1 Demonstrativo de Resultado Econômico da E. M. E. I. E. F. Adão Valdir Lamota

Para elaboração do demonstrativo de resultado econômico, realizou-se o levantamento de dados junto à SEMED, Prefeitura, Patrimônio, Gerência de Recursos Humanos e nas próprias escolas, referente aos custos diretos, indiretos e depreciação.

Para o cálculo da receita econômica, utilizou-se dos valores de mensalidades das instituições particulares de ensino do município de Ji-Paraná, que ofereciam a mesma modalidade de ensino. Os valores pesquisados constam dos anexos A a K, deste trabalho.

Com base nesses dados, foram construídos os quadros 4, 5, 6, 7 e 8, referentes ao número de alunos da escola em análise, receita econômica, custos indiretos, custos diretos e indiretos, com folha de pagamento e patrimônio para fins de depreciação.

A escola Adão Valdir Lamota tinha em 2007, na educação infantil, 62 alunos, o que representa 3% dos alunos de toda a rede municipal de ensino matriculados nessa categoria, e no ensino fundamental de 1º a 4º série, 408 alunos, que representam 14% dos alunos da rede municipal de ensino matriculados em sua categoria, totalizando 470 alunos no ensino regular, registrados no censo escolar de 2007, datado de 17 de setembro do mesmo ano, de acordo com o quadro 4.

Quadro 4 – Número de alunos por série da escola Adão Valdir Lamota em 2007.

ESCOLA	N.º DE ALUNOS POR SÉRIE EM 2007				
	MATERNAL	Pré			Total Ed. Infantil
		I	II	III	
E.M.E.I.E.F. Adão Valdir Lamota	-	-	19	43	62
	1º Série	2º Série	3º Série	4º Série	Total 1º a 4º
	166	107	78	57	408

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O quadro 5 evidencia a receita econômica de acordo com o custo de oportunidade, que segundo a pesquisa realizada nas instituições particulares de ensino, correspondem a R\$ 77,00 e R\$ 88,00, para educação infantil e séries iniciais respectivamente, em concordância com o anexo A deste trabalho.

Quadro 5 – Receita econômica produzida pela escola Adão Valdir Lamota.

Receita econômica produzida pela escola Adão V. Lamota				
Séries	Número de alunos	Custo de oportunidade	Receita econômica	Receita econômica no ano de 2007
Ed. Infantil	62	R\$ 77,00	R\$ 4.774,00	R\$ 57.288,00
1º a 4º	408	R\$ 88,00	R\$ 35.904,00	R\$ 430.848,00
Total	470	-	R\$ 40.678,00	R\$ 488.136,00

Fonte: Pesquisado pelo autor

Deve-se salientar que os custos de oportunidade de R\$ 77,00 e R\$ 88,00, foram os menores valores encontrados nas escolas particulares da cidade.

O quadro 6 evidencia os custos diretos e indiretos necessários para a prestação dos serviços de ensino na escola Adão V. Lamota, incluindo folha de pagamento e encargos sociais. Os custos diretos referem-se ao corpo docente e os indiretos referem-se ao pessoal de apoio.

Quadro 6 – Custos diretos e indiretos da escola Adão V. Lamota.

Custos da escola Adão V. Lamota	Valor
Energia Elétrica e Mat. Elétrico	R\$ 18.557,77
Água	R\$ 0,00
Telefone	R\$ 3.329,59
Material de Limpeza (PDDE)	R\$ 1.225,54
Material pedagógico e de expediente (PDDE)	R\$ 1.525,50
Material de Consumo (PROFAE)	R\$ 19.146,36
Material de Consumo (25% da receita)	R\$ 1.107,89
Serviço de terceiros - P. Jurídica (PROFAE)	R\$ 4.112,00
Proventos - Professores	R\$ 243.124,20
Obrigações Patronais (1/12 e 1/3 férias, 13º Sal., Previd.)	R\$ 156.119,57
Proventos - Pessoal de apoio	R\$ 205.737,36
Obrigações Patronais (1/12 e 1/3 férias, 13º Sal., Previd.)	R\$ 141.291,88
Total	R\$ 795.277,66

Fonte: Escolas Adão Valdir Lamota; Secretaria Municipal de Educação; FOPAG

A escola, por utilizar poço artesiano, não apresenta custos indiretos com água.

Os valores demonstrados nos quadros 6 e 11 com folha de pagamento foram fornecidos pelo FOPAG – Departamento de Folha de Pagamento do Município. O referido

setor não possui um detalhamento de tais valores por escola, informando não ter como fornecer esses dados. Depois de muita persistência, o FOPAG forneceu um relatório da folha de dezembro de 2007 de cada escola e informou ao pesquisador que para obtenção do valor total do ano de 2007, os valores constantes nos relatórios deveriam ser multiplicados por 12. Desta forma então, os custos com professores e pessoal de apoio foram calculados de acordo com os anexos N e O deste trabalho.

O pessoal de apoio é composto por todos os servidores da escola, excluídos os professores no exercício de seu cargo, uma vez que há professores exercendo funções de direção, vice-direção, supervisão e auxiliar de biblioteca.

Para o cálculo da depreciação, foi solicitada ao setor de Patrimônio a relação de bens móveis e imóveis com respectivos valores, para assim proceder ao cálculo da depreciação, conforme demonstra o quadro 7.

Quadro 7 - Depreciação dos bens móveis e imóveis.

RELATÓRIO DE BENS - SINTÉTICO – POR CLASSIFICAÇÃO					
Nome da escola:					
ADÃO VALDIR LAMOTA					
Item	Bens	Qtd.	Valor total	Alíquota	Depreciação
1	Apar. e utens. domésticos	8	R\$ 3.292,20	10%	R\$ 329,22
2	Coleções e materiais bibliográficos	563	R\$ 6.659,98	-	-
3	Equip. de prot., segurança e socorro	3	R\$ 225,00	10%	R\$ 22,50
4	Equip. para áudio, vídeo e foto	2	R\$ 1.053,00	10%	R\$ 105,30
5	Maq., utens. e equip. diversos	38	R\$ 7.325,56	10%	R\$ 732,56
6	Equip. de processamento de dados	11	R\$ 18.023,91	20%	R\$ 3.604,78
7	Maq., instalações e utens. de escritório	3	R\$ 693,00	10%	R\$ 69,30
8	Mobiliário em geral e outros bens móveis	296	R\$ 33.805,01	10%	R\$ 3.380,50
	TOTAL	924	R\$ 71.077,66		R\$ 8.244,16

Fonte: Setor de patrimônio da prefeitura; IN SRF n.º 162/98 e IN SRF n.º 130/99.

O valor da depreciação, presente no quadro 7, foi calculado com base na Instrução Normativa SRF 162/98 com as inclusões estabelecidas pela Instrução Normativa SRF 130/99, assim como foi calculado no quadro 12.

Chega-se, assim, à Demonstração do Resultado Econômico, construída de acordo com o modelo de Slomski (2005, p. 106).

O quadro 8 apresenta, com base nos dados já evidenciados, o Demonstrativo de Resultado Econômico da escola Adão Valdir Lamota.

Quadro 8 - Demonstração do Resultado Econômico da escola Adão Valdir Lamota.

Demonstração do Resultado Econômico Escola Adão Valdir Lamota Ano de 2007	
Receita Econômica	R\$ 488.136,00
Custos Diretos	R\$ 399.243,77
Pessoal Civil	R\$ 399.243,77
Salários Diretos (Professores)	R\$ 243.124,20
Encargos Sociais Diretos + 13° sal., férias e 1/3 férias	R\$ 156.119,57
Margem Bruta	R\$ 88.892,23
Custos Indiretos	R\$ 404.278,05
Pessoal Civil	R\$ 347.029,24
Salários Indiretos (Pessoal de apoio)	R\$ 205.737,36
Encargos Sociais Indiretos 13° sal., férias e 1/3 férias	R\$ 141.291,88
Material de Consumo	R\$ 23.005,29
Material de Limpeza (PDDE)	R\$ 1.225,54
Material Pedagógico e de Expediente (PDDE)	R\$ 1.525,50
Material de Consumo (PROFAE)	R\$ 19.146,36
Material de consumo (25% da receita)	R\$ 1.107,89
Serviços de Terceiros	R\$ 25.999,36
Energia Elétrica	R\$ 18.557,77
Água	R\$ 0,00
Telefone	R\$ 3.329,59
Serviços de terceiros P. Física (PROFAE)	R\$ 0,00
Serviços de terceiros P. Jurídica (PROFAE)	R\$ 4.112,00
Depreciação Bens Móveis e Imóveis	R\$ 8.244,16
Bens Móveis	R\$ 8.244,16
Bens Imóveis	R\$ 0,00
Resultado Econômico	-R\$ 315.385,82

Fonte: Elaborado pelo autor

A receita econômica alcançou o valor de R\$ 488.136,00, com 62 alunos matriculados na educação infantil e 408 no ensino fundamental de 1º a 4º série, sendo que a receita gerada por esses últimos representa 88% da receita econômica da escola.

Fazendo-se uma análise vertical da demonstração de resultado econômico, nota-se que a soma dos custos diretos e indiretos dessa demonstração equivalem a 165% da receita econômica, onde só os gastos com folha de pagamento de professores e pessoal de apoio representam 153% da mesma.

Dessa maneira, evidencia-se com esse demonstrativo, sob o foco da lucratividade, que o resultado econômico dessa escola apresenta um valor negativo, considerado como prejuízo

econômico, onde os custos com folha de pagamento representam quase a totalidade dos gastos que ultrapassam a receita econômica.

O tamanho do patrimônio móvel e imóvel registrado na escola quase não influencia o resultado econômico negativo da mesma, visto que o valor da depreciação é irrisório ante o grande prejuízo econômico.

Se o custo de oportunidade fosse o segundo menor valor de mercado encontrado, ou seja, R\$ 100,00, a escola Adão Valdir Lamota apresentaria um resultado econômico negativo de R\$ 239.521,82. A mesma somente apresentaria um lucro econômico, se adotasse como custo de oportunidade, o valor de R\$ 145,00, que é o 9º menor para pré-II, o 6º para pré-III e o 7º de 1º a 4º séries, tendo como resultado positivo o valor de R\$ 14.278,18.

Nota-se, então, que o custo para a manutenção da escola está fora dos padrões de mercado, onde uma instituição particular de ensino não continuaria operando da mesma forma se encontrasse um impacto negativo dessa magnitude em seus resultados.

5.2 Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Jandinei Cella

A escola Jandinei Cella iniciou suas atividades em 1993, na Avenida Monte Castelo, 81, Bairro Jardim dos Migrantes, com 4 salas de aula, funcionando inicialmente como CAM – Centro de Atendimento ao Menor. Então, em 1999, a escola foi regulamentada pelo decreto n.º 4.158 de 9 de agosto de 1999, recebendo o nome de Jandinei Cella em homenagem ao jovem homônimo que faleceu aos 17 anos de idade em um acidente automobilístico em Ji-Paraná, como forma de agradecimento aos familiares que, representado por seu pai, Darcy Luiz Cella, sempre ajudou a escola em seus festivais, doando madeiras, prendas etc. (PROPOSTA PEDAGÓGICA, 2008).

Hoje, a E.M.E.I.E.F. Jandinei Cella, que está com excesso de alunos, atende 23 turmas em 8 salas em seu prédio e 3 salas na igreja São Sebastião, atendendo também o EJA de 1º a 8º série (PROPOSTA PEDAGÓGICA, 2008).

5.2.1 Demonstrativo de Resultado Econômico da E. M. E. I. E. F. Jandinei Cella

Para elaboração do demonstrativo de resultado econômico dessa escola, realizaram-se os mesmos procedimentos da elaboração do demonstrativo da escola Adão Valdir Lamota.

A escola Jandinei Cella tinha 477 alunos regulares registrados no censo escolar de 2007, representando 8% dessa categoria nas escolas municipais, distribuídos também entre educação infantil, que representa 4% dos alunos das escolas municipais dessa categoria, e ensino fundamental de 1º a 4º série, representando 14% dos alunos da categoria em questão, entre escolas urbanas e rurais.

O quadro 9 detalha o número de alunos matriculados em 2007 na escola Jandinei Cella.

Quadro 9 – Número de alunos por série da escola Jandinei Cella em 2007.

ESCOLA	N.º DE ALUNOS POR SÉRIE EM 2007				
	MATERNAL	Pré			Total Ed. Infantil
		I	II	III	
E.M.E.I.E.F. Jandinei Cella	-	-	-	71	71
	1º Série	2º Série	3º Série	4º Série	Total 1º a 4º
	103	111	96	96	406

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

O quadro 10 evidencia a receita econômica de acordo com o custo de oportunidade, obtido na pesquisa realizada junto às instituições de ensino particular da mesma modalidade, em concordância com os anexos de A a K deste trabalho.

Quadro 10 - Receita econômica produzida pela escola Jandinei Cella.

Receita econômica produzida pela escola Jandinei Cella				
Séries	Número de alunos	Custo de oportunidade	Receita econômica	Receita econômica no ano de 2007
Ed. Infantil	71	R\$ 77,00	R\$ 5.467,00	R\$ 65.604,00
1º a 4º	406	R\$ 88,00	R\$ 35.728,00	R\$ 428.736,00
Total	477	-	R\$ 41.195,00	R\$ 494.340,00

Fonte: Pesquisado pelo autor

O quadro 11 evidencia os custos diretos e indiretos, necessários à prestação dos serviços de ensino na escola Jandinei Cella.

Quadro 11 – Custos diretos e indiretos da escola Jandinei Cella.

Custos da escola Jandinei Cella	Valor
Energia Elétrica e Mat. Elétrico	R\$ 21.777,22

Água	R\$ 17.393,55
Telefone	R\$ 4.423,29
Material de Consumo (PDDE)	R\$ 1.146,00
Material de consumo (PROFAE)	R\$ 24.680,31
Material de Consumo (25% da receita)	R\$ 1.136,11
Serviços de terceiros - P. Física (PROFAE)	R\$ 5.648,00
Serviços de terceiros - P. Jurídica (PROFAE)	R\$ 50,00
Proventos - Professores	R\$ 249.135,72
Obrigações Patronais (1/12 e 1/3 férias, 13º Sal., Previd.)	R\$ 162.336,88
Proventos - Pessoal de apoio	R\$ 151.590,72
Obrigações Patronais (1/12 e 1/3 férias, 13º Sal., Previd.)	R\$ 100.214,50
Total	R\$ 739.532,30

Fonte: Escola Jandinei Cella e Secretaria Municipal de Educação; FOPAG

O quadro 12 evidencia o patrimônio compreendido em bens móveis e imóveis, conforme dados obtidos junto ao setor de Patrimônio da Prefeitura do município.

Quadro 12 – Depreciação dos bens móveis e imóveis.

RELATÓRIO DE BENS - SINTÉTICO - POR CLASSIFICAÇÃO					
Nome da escola:					
JANDINEI CELLA					
Item	Bens	Qtd.	Valor total	Alíquota	Depreciação
1	Edifícios	4	R\$ 143.566,50	4%	R\$ 5.742,66
2	Apar. e utens. domésticos	5	R\$ 3.197,70	10%	R\$ 319,77
3	Coleções e materiais bibliográficos	698	R\$ 10.029,43	-	-
4	Equip. para áudio, vídeo e foto	2	R\$ 1.255,00	10%	R\$ 125,50
5	Maq., utens. e equipamentos diversos	35	R\$ 6.406,85	10%	R\$ 640,69
6	Equip. de processamento de dados	5	R\$ 6.496,00	20%	R\$ 1.299,20
7	Maq., instalações e utens. de escritório	3	R\$ 579,00	10%	R\$ 57,90
8	Mobiliário em geral e outros bens móveis	571	R\$ 40.287,71	10%	R\$ 4.028,77
	TOTAL	1323	R\$ 211.818,19		R\$ 12.214,49

Fonte: Setor de patrimônio da prefeitura; IN SRF n.º 162/98 e IN SRF n.º 130/99.

Após a apresentação dos dados, chega-se à demonstração do resultado econômico da escola Jandinei Cella.

O quadro 13 apresenta, com base nos dados já evidenciados, o Demonstrativo de Resultado Econômico da referida escola.

Quadro 13 – Demonstração do Resultado Econômico da Escola Municipal Jandinei Cella.

Demonstração do Resultado Econômico	
Escola Jandinei Cella	
Ano de 2007	
Receita Econômica	R\$ 494.340,00
Custos Diretos	R\$ 411.472,60
Pessoal Civil	R\$ 411.472,60
Salários Diretos (Professores)	R\$ 249.135,72
Encargos Sociais Diretos + 13º sal., férias e 1/3 férias	R\$ 162.336,88

Margem Bruta	R\$ 82.867,40
Custos Indiretos	R\$ 340.274,19
Pessoal Civil	R\$ 251.805,22
Salários Indiretos (Pessoal de apoio)	R\$ 151.590,72
Encargos Sociais Indiretos 13° sal., férias e 1/3 férias	R\$ 100.214,50
Material de Consumo	R\$ 26.962,42
Material de consumo (PDDE)	R\$ 1.146,00
Material de consumo (PROFAE)	R\$ 24.680,31
Material de Consumo (25% da receita)	R\$ 1.136,11
Serviços de Terceiros	R\$ 49.292,06
Energia Elétrica	R\$ 21.777,22
Água	R\$ 17.393,55
Telefone	R\$ 4.423,29
Serviços de terceiros P. Física (PROFAE)	R\$ 5.648,00
Serviços de terceiros P. Jurídica (PROFAE)	R\$ 50,00
Depreciação Bens Móveis e Imóveis	R\$ 12.214,49
Bens Móveis	R\$ 6.471,83
Bens Imóveis	R\$ 5.742,66
Resultado Econômico	-R\$ 257.406,79

Fonte: Elaborado pelo autor

A referida escola gerou uma receita econômica no valor de R\$ 494.340,00, evidenciado no quadro 10, com 71 alunos matriculados na educação infantil, que geram 13% da receita produzida pela escola, e 406 alunos no ensino de 1° a 4° série, que produzem os outros 87% da mesma receita.

Desconsiderando-se folha de pagamento, o quadro 11 demonstra que seu valor total, se comparado com o do quadro 6 da escola Adão Valdir Lamota, é R\$ 27.249,83 maior, sendo os gastos com água os que mais contribuíram para essa diferença, uma vez que a escola Adão Valdir Lamota não teve gastos com água em 2007, tendo a Jandinei Cella um gasto de R\$ 17.393,55 no mesmo ano, de acordo com planilhas fornecidas pela SEMED. Desse modo, os custos com energia elétrica, água e telefone na Jandinei Cella representam 57% dos custos totais do quadro, contra 45% dos mesmos itens do quadro 6.

O quadro 11 apresenta também os custos com pessoal, levantados e calculados nas mesmas condições do quadro 6. O total gasto com folha de pagamento dos professores e pessoal de apoio é 11% menor do que o da escola Adão Valdir Lamota, com uma diferença apenas de 7 alunos. A folha de pagamento foi 34% maior que a receita econômica. Os custos diretos com pagamento dos professores são responsáveis por consumir quase toda a receita econômica produzida pela escola.

Assim como na demonstração do quadro 8, houve um prejuízo econômico também na escola Jandinei Cella. Porém, esse prejuízo foi 18% menor do que o da escola Adão Valdir Lamota, que tem 470 alunos matriculados no ensino regular, 7 a menos do que a Jandinei Cella.

Se fosse adotado o segundo menor valor de mercado encontrado para o custo de oportunidade, ou seja, R\$ 100,00, a escola Jandinei Cella apresentaria um resultado econômico também negativo de R\$ 179.346,79. A mesma começaria a apresentar um resultado positivo se fosse adotado, como custo de oportunidade, o valor de R\$ 135,00, que é o sétimo menor valor de mercado para pré-II e o 5º de pré-III à 4º série, tendo como resultado econômico o valor de R\$ 20.993,21.

Mais uma vez, evidencia-se com esse demonstrativo a ineficiência no uso dos recursos públicos, onde a folha de pagamento novamente deu a maior contribuição para o resultado econômico negativo, mostrando que a gestão da escola não foi lucrativa.

O quadro 14 consolida as duas demonstrações de resultado econômico já apresentadas.

Quadro 14 – Consolidação da demonstração do resultado econômico das escolas Adão Valdir Lamota e Jandinei Cella.

Demonstração do Resultado Econômico Consolidada Escolas Adão Valdir Lamota e Jandinei Cella Ano de 2007	
Receita Econômica	R\$ 982.476,00
Custos Diretos	R\$ 810.716,37
Pessoal Civil	R\$ 810.716,37
Salários Diretos (Professores)	R\$ 492.259,92
Encargos Sociais Diretos + 13º sal., férias e 1/3 férias	R\$ 318.456,45
Margem Bruta	R\$ 171.759,63
Custos Indiretos	R\$ 744.552,24
Pessoal Civil	R\$ 598.834,46
Salários Indiretos (Pessoal de apoio)	R\$ 357.328,08
Encargos Sociais Indiretos 13º sal., férias e 1/3 férias	R\$ 241.506,38
Material de Consumo	R\$ 49.967,71
Material de Limpeza (PDDE)	R\$ 1.225,54
Material Pedagógico e de Expediente (PDDE)	R\$ 1.525,50
Material de consumo (PDDE)	R\$ 1.146,00
Material de Consumo (PROFAE)	R\$ 43.826,67
Material de consumo (25% da receita)	R\$ 2.244,00
Serviços de Terceiros	R\$ 75.291,42
Energia Elétrica	R\$ 40.334,99
Água	R\$ 17.393,55
Telefone	R\$ 7.752,88
Serviços de terceiros P. Física (PROFAE)	R\$ 5.648,00
Serviços de terceiros P. Jurídica (PROFAE)	R\$ 4.162,00
Depreciação Bens Móveis e Imóveis	R\$ 20.458,65
Bens Móveis	R\$ 14.715,99
Bens Imóveis	R\$ 5.742,66
Resultado Econômico	-R\$ 572.792,61

O gasto com salários e encargos diretos e indiretos na demonstração consolidada chega ao valor de R\$ 1.409.550,83, ultrapassando em R\$ 427.074,83 a receita econômica consolidada.

A não adição do valor da depreciação à demonstração, já que o seu cálculo não é obrigatório na esfera pública, não seria suficiente para que o quadro 14 deixasse de apresentar um resultado econômico negativo.

Esse prejuízo econômico consolidado de R\$ 572.792,61 representa que a administração pública está sendo ineficiente no uso dos recursos públicos, e que o agenciamento não está sendo feito a um custo menor do que o preço de mercado, o que para Slomski (2005), indica que a sociedade poderá rever a estrutura do agenciamento. Agenciar é, segundo Ferreira (2001, p. 23): “*v.t.d.* 1. Tratar (de negócios) como representante ou agente. 2. Esforçar-se por obter; diligenciar”.

Nota-se nesse demonstrativo consolidado que os salários mais encargos consomem mais do que a receita econômica produzida.

É importante que a sociedade conheça esse resultado negativo, e saiba que as instituições públicas analisadas não estão sendo eficazes, ou seja, não estão cumprindo o objetivo de melhorar a distribuição de renda para a sociedade com eficiência.

Esse grande impacto negativo só será revertido se a população se empenhar em cobrar do gestor mudanças na administração do patrimônio público. Mas para que isso ocorra, a sociedade precisa conhecer essa ferramenta de mensuração e análise do resultado econômico de instituições públicas e usá-la como meio para reivindicar melhoria na gestão dos bens públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os gestores públicos, cujas ações são reguladas por lei, atentam em fazer na maioria das vezes apenas o que é obrigatório pela legislação. Porém, o fato de ter limitações e obrigações legais não os impede de fazer mais do que lhes é obrigatório, como, por exemplo, adotar práticas utilizadas nas empresas privadas, visando alcançar a eficiência e eficácia, tais como: a maximização de resultados em todos os sentidos, melhoria de produtividade, satisfação dos cidadãos, implantação de sistema de custos que permita a análise dos mesmos

por unidade de trabalho, como por exemplo, por escolas, e não apenas por secretarias, e também a implantação da mensuração do resultado econômico, que não significaria fazer mais do que é legalmente obrigatório, pois, de acordo com o artigo 85 da Lei n.º 4.320/64, a organização dos serviços de contabilidade deve permitir, dentre outras coisas, a análise e interpretação desse resultado.

Ao se comparar a finalidade do resultado econômico do setor público com o privado, nota-se que o resultado econômico em ambos os setores tem o mesmo fim, ou seja, avaliação do desempenho em determinado período, subsidiando a tomada de decisões, permitindo uma análise gerencial importante tanto para o gestor público como para o privado.

Constata-se com a pesquisa que no setor público, não há gestão de custos. O interesse na obtenção de bons resultados, a intenção em utilizar o patrimônio público de maneira eficiente, não recebem a mesma atenção como nas empresas privadas, onde são fomentados com a finalidade da obtenção de lucros, haja vista que, nas instituições privadas, um prejuízo econômico como o encontrado nas escolas desse estudo justificaria medidas para a reversão desse quadro negativo. O fato é que, o setor público não está visando à eficiência, o retorno nos seus investimentos como deveria, a gestão voltada para os resultados.

Os resultados obtidos por esse trabalho demonstram que a gestão dos recursos empregados nas escolas onde foram aplicados os demonstrativos foi ineficiente, levando em consideração o Demonstrativo de Resultado Econômico, como instrumento para avaliação de desempenho, pois foram encontrados prejuízos econômicos nas mesmas.

É importante que a sociedade e os gestores públicos conheçam essa demonstração, para que a visualizem como um indicador de desempenho da gestão pública, vindo a complementar as demonstrações já utilizadas, que não podem ser entendidas por todos, e para que com esse estudo, que apresentou prejuízo econômico individual e consolidado, saibam da ineficiência das instituições públicas na distribuição renda econômica para a sociedade. O interesse demonstrado pelos diretores das escolas públicas municipais pesquisadas em conhecer os resultados dessa pesquisa, pode ser o início da visualização das demonstrações aqui apresentadas como um indicador de desempenho de suas gestões.

Porém, a população não atua como deveria na cobrança de resultados e prestação de contas, até porque, a dificuldade encontrada para a realização dessa Demonstração do Resultado Econômico é um exemplo do que a faz recuar e desistir dessa cobrança, visto que os dados para a elaboração dessa demonstração não foram de fácil acesso, tanto em se tratando de centro de custos no setor público como em questão de má vontade no fornecimento de tais informações.

Contudo, mesmo deparando-se com obstáculos, outros estudos nesse assunto são necessários para que se conheçam os resultados econômicos de mais instituições públicas, permitindo conhecer-se uma nova realidade no setor público, como nesse modelo de avaliação de desempenho para tais instituições, permitindo que se saiba se o prejuízo econômico das duas escolas públicas desse artigo é um fato isolado ou apenas o começo de uma descoberta, que indique a ineficiência no uso dos recursos na administração pública como um todo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Nilton Aquino de. **Contabilidade pública na gestão municipal: Novos métodos após a LC 101/00 e as classificações contábeis advindas da SOF e STN.** São Paulo: Atlas, 2002.

BOTELHO, Eduardo. **Administração inteligente: a revolução administrativa.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

_____. Lei ordinária 4320/64, 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. In: **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 mar. 1964.

CREPALDI, Sílvio Aparecido. **Curso básico de contabilidade: resumo da teoria, atendendo às novas demandas da gestão empresarial, exercícios e questões com respostas.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

DEPRECIÇÃO. Instrução Normativa SRF n.º 162, de 31 de dezembro de 1998:

Prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens que relaciona. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1998/in16298.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2008.

DEPRECIÇÃO. Instrução Normativa SRF n.º 130, de 10 de novembro de 1999:

Prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens que relaciona. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1999/in13099.htm>>. Acesso em: 28 mai. 2008.

FEA/USP / Equipe de Professores. Iudicibus, Sérgio de (Coord.). **Contabilidade Introdutória.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio Século XXI escolar: O minidicionário da língua portuguesa.** Coordenadores: ANJOS, Margarida de; FERREIRA, Marina Baird. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FIPECAFI. **Manual de contabilidade das sociedades por ações:** aplicável às demais sociedades. Coordenador: Eliseu Martins. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES, Eugênio Celso; BAPTISTA, Antônio Eustáquio. **Contabilidade geral:** rigorosamente de acordo com o programa oficial para concurso público de auditor fiscal do tesouro nacional (AFTN). 4. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

GUIMARÃES, Marcos Freire. **Contabilidade geral:** Teoria e exercícios gabaritados. 9. ed. Brasília: Vestcon, 2001.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

JACINTO, Roque. **Contabilidade pública.** São Paulo: Ática, 1989.

JUNIOR, José H. P.; PESTANA, Armando O.; FRANCO, Sérgio P. C. **Controladoria de gestão: Teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública:** Teoria e prática. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

_____. **Balanços públicos: Teoria e prática.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem).** São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

_____. **Contabilidade Básica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MOURA, Sandro Rodrigues de; MATSUMOTO, Alberto S. **O resultado econômico gerado por empresas filantrópicas do terceiro setor que atuam com educação infantil.** Disponível em <<http://www.contabeis.ucb.br/sites/000/96/00000069.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2008.

NETO, José Carvalho da Silva. **Contabilidade pública**: Procedimentos. Teresina: Comepi, 1991.

PROPOSTA PEDAGÓGICA. Escola Adão Valdir Lamota. 2008.

PROPOSTA PEDAGÓGICA. Escola Jandinei Cella. 2008.

SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, José Luiz dos et al. **Introdução à contabilidade**: Atualizada pela minirreforma tributária Lei n.º 10.637/02. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade governamental**: Um enfoque administrativo. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

SLOMSKI, Valmor. **Mensuração do resultado econômico nas entidades públicas**: uma proposta. Chapecó: Argos, 2001.

_____. **Manual de contabilidade pública**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

ANEXOS

ACONCHEGO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Autorização de Funcionamento:

Parecer nº. 166/04 CEE-RO- Resolução nº. 187/04 CEE-RO de 20/12/2004
Rua São Paulo – nº. 1176- Bairro: Nova Brasília / Fone: (69) 34217198
Ji-Paraná = Rondônia

TABELA DE PREÇOS

MENSALIDADES SEM DESCONTO:

Pré I, II,III-----R\$ 77,00

1^a à 4^a série-----R\$ 88,00

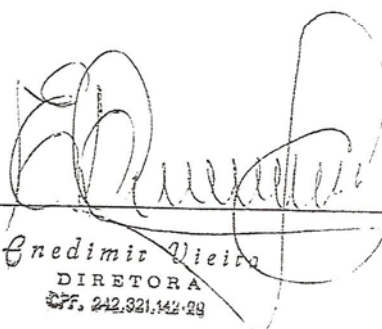
MENSALIDADES COM DESCONTO:

Pré I, II, II-----R\$ 62,00

1^a à 4^a série-----R\$ 72,00

OBSERVAÇÃO: O desconto é atribuído aos pais que têm mais de um filho na escola. Estes valores são equivalentes ao ano de 2007.

Ji-Paraná, 21 de maio de 2008.



Enedimar Vieira
DIRETORA
Cf. 242.321.142-29

ANEXO B – Mensalidades Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Girassol

maternal
Pre I, II e III

1^o a 4^o

100,00



Maria Cecília G. de Sarias
Coord. Vésia Correa de Vargas
VICE-DIRETORA
ESCOLA GIRASSOL



*Coopeji 10 Anos
Educando para a Vida*



POSITIVO

**PENSE COOPEJI
PENSE POSITIVO**

www.coopeji.com.br

VAGAS LIMITADAS

**Informações Pelos Fones:
(69) 3421-2831 e 3423-4533**

Informativo



COOPERATIVA DOS EDUCADORES DE JI-PARANÁ

10 Anos Investindo em Educação

**MATRÍCULAS 2007
COOPEJI POSITIVO**

COOPERATIVA DE EDUCADORES DE JI-PARANÁ - COOPEJI
Rec. Através da Res. 042/CEE/RO/98
Rua 22 de Novembro, 748 - Bairro Casa Preta - Ji-Paraná - RO
Fone/Fax: (69) 3421-2831 - 3423-4533
www.coopeji.com.br

Calendário de Matrículas 2007

REMATRÍCULA

- APROVADOS E NOVATOS
04/12/2006 À 31/12/2006
- RECUPERAÇÃO E REPROVADOS
18/12/2006 À 18/01/2007

DOCUMENTOS PARA MATRÍCULA

- XEROX DO REGISTRO DE NASCIMENTO DO ALUNO OU RG
- XEROX DO RG E CPF DO RESPONSÁVEL
- HISTÓRICO ESCOLAR OU DECLARAÇÃO (OBRIGATÓRIO)
- 2 FOTOS 3X4
- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA (XEROX)

AS MATRÍCULAS FEITAS EM FEVEREIRO SERÃO DIVIDIDAS EM 11 PARCELAS

EDUCAÇÃO INFANTIL

- NÍVEL I IDADE A PARTIR DE 4 ANOS
- NÍVEL II IDADE A PARTIR DE 5 ANOS
- NÍVEL III (1ª SÉRIE REGIME 9 ANOS)..... IDADE A PARTIR DE 6 ANOS

APOSTILAS

- NÍVEL I R\$ 45,00
- NÍVEL II R\$ 50,00
- NÍVEL III R\$ 55,00

APOSTILAS (POR BIMESTRE)

- 1ª À 4ª (Fundamental) R\$ 70,00
- 5ª À 8ª (Fundamental) R\$ 75,00
- 1ª À 4ª (Ensino Médio) R\$ 85,00

TAXA MATERIAL

SERÁ COBRADO NO ATO DA MATRÍCULA UMA TAXA ANUAL DE R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)

MENSALIDADE 2007

- NÍVEL I R\$ 135,00
- NÍVEL II R\$ 135,00
- NÍVEL III R\$ 135,00

ENSINO FUNDAMENTAL MENSALIDADE

- 1ª Série R\$ 155,00
- 2ª Série R\$ 155,00
- 3ª Série R\$ 155,00
- 4ª Série R\$ 155,00
- 5ª Série R\$ 175,00
- 6ª Série R\$ 175,00
- 7ª Série R\$ 175,00
- 8ª Série R\$ 175,00

ENSINO MÉDIO MENSALIDADE 2007

- 1ª Série R\$ 194,00
- 2ª Série R\$ 194,00
- 3ª Série R\$ 194,00

PRÉ-VESTIBULAR 4X- R\$ 130,00

- APOSTILA R\$ 70,00

ANEXO D – Mensalidades Centro Educacional O Pequeno Príncipe

CENTRO EDUCACIONAL O PEQUENO PRÍNCIPE

Rua João Batista Neto nº. 1664 Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná / Rondônia
FONE: (69) 3421-6808



DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o valor da mensalidade do ano de 2007 era no valor de:
Educação infantil – R\$ 135,00
Ensino fundamental – R\$ 135,00

Por ser verdade dato e assino a presente.

Ji-Paraná, 26 de maio de 2008.


MARCIA APARECIDA MENDES
Diretora

EDUCANDÁRIO INFANTIL
== O PEQUENO SNOOPY ==
Rua Dom Augusto, 349 - Centro – Fone: (069)421-3806 – CEP 78960-000 – Ji-Paraná/RO

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os valores das mensalidades escolares nesta instituição de ensino no ano de 2007, foram:

-Pré ao 5 ano foi R\$ 145,00

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente.

34.789.076/5301-01
EDUCANDÁRIO INFANTIL
O PEQUENO SNOOPY SIDA
Rua Dom Augusto, 349
Centro - CEP 78960-000
Ji - Paraná - RO.

Ji-Paraná, 21 de maio de 2008



DECLARAÇÃO



Declaro para os devidos fins, os valores das mensalidades nesta Instituição de Ensino no ano de 2007.

- ⇒ Educação Infantil – R\$ 130,00
- ⇒ Ensino Fundamental (1ª a 4ª Série) – 150,00
- ⇒ Ensino Fundamental (5ª a 8ª Série) – 165,00

Por ser expressão da verdade, dato a assino a presente declaração.

Ji-Paraná, 26 de maio de 2008.

COLEGIO UNIAO

A DIREÇÃO
CGC 92.987.729/0001-29.



CEMOL – CENTRO EDUCACIONAL MONTEIRO LOBATO

Rua Barão Rio Branco 1751 Bairro Nova Brasília. Ji-Paraná RO

Fone: 3424-2408 E-mail monteirolobato@brturbo.com.br.

“Estudar é tão natural quanto viver e respirar.”

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que os valores das mensalidades escolares nesta instituição de ensino no ano letivo de 2007, foram:

Maternal, Pré I, II, III e 1^a a 4^a séries = **R\$ 121,00**

5^a a 8^a série: = **R\$ 131,00**

Por ser expressão da verdade, firmo esta.

Ji-Paraná – RO, 20 de Maio de 2008


Viviani Paula Gomes
SECRETÁRIA
POR 545/GAB/SENUC/08/03

ANEXO H – Mensalidades Educandário Chapeuzinho Vermelho

EDUCANDÁRIO INFANTIL CHAPEUZINHO VERMELHO

Registro de Autorização: PARECER 072/CEE/RO/95

Rua: São Luís, 215 - Bairro Nova Brasília- Fone: 3422-3586

CEP: 78.960-000 - Ji-Paraná - Rondônia

DECLARAÇÃO


Declaro para os devidos fins, os valores das mensalidades nesta instituição de ensino, durante o ano de 2007.

- Pré I e Pré II – R\$120,00
- 1º ao 5º Ano – R\$130,00

Por ser expressão da verdade, dato e assino a presente.

Ji-Paraná, 21 de maio de 2008.

Atenciosamente.



EDUCANDÁRIO INFANTIL
"CHAPEUZINHO VERMELHO" LTDA - ME



ANEXO J – Mensalidades Colégio Adventista 2º distrito

COLÉGIO ADVENTISTA DE JI-PARANÁ – CAJI

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, que os valores das mensalidades do Fundamental 2 e do Ensino Médio nesta instituição de ensino em 2007, foram:

- Do 6ºano ao 9ºano = R\$ 196,50
- Ensino Médio = R\$ 217,50

Ji-Paraná, 20 de Maio de 2008.

Rua João Batista Neto, 1371 – Bairro Nova Brasília – Ji-Paraná/RO - Fone: (69)3421-2747

CAJI, esta é a nossa escola!

ANEXO K – Mensalidades Centro Educacional São Paulo



ULBRA **CENTRO EDUCACIONAL SÃO PAULO**

COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA "SÃO PAULO"
Reconhecimento: Fonecel 1641CEE/RO/91 - Resolução 130/CEE/RO/91

professores, orientação didático-pedagógica e educacional, além de outras providências que as atividades docentes exigirem, obedecendo ao seu exclusivo critério, sem ingerência do CONTRATANTE.

Parágrafo Único – As turmas serão formadas com, no mínimo, 25 alunos. Caso contrário, serão dissolvidas e o aluno remanejado para outra turma ou ressarcido dos valores correspondentes.

CLÁUSULA 6ª - Ao firmar o presente, o CONTRATANTE submete-se ao Regimento Geral da ESCOLA, Manual do Aluno às demais obrigações constantes na legislação aplicável à área de ensino e, ainda, às emanadas de outras fontes legais, desde que regulem supletivamente a matéria, inclusive o Plano Escolar aprovado.

Parágrafo Único – Na hipótese de ocorrência de separação judicial ou outra forma de determinação judicial que incorra na substituição da sua condição de responsável legal, o CONTRATANTE expressamente se obriga a comunicar tal à ESCOLA, e a dar-lhe substituto idôneo;

CLÁUSULA 7ª - Como contraprestação pelos serviços prestados referentes ao período de **janeiro a dezembro** do ano de **2007**, conforme previsto na Cláusula 2ª, é fixada a seguinte mensalidade por cursos.

Parágrafo primeiro: As mensalidades referentes à 1ª parcela de 2007 praticadas na Escola são as seguintes:

I – Educação Infantil – R\$ 231,01

II – 1º e IIº Ciclos do Ensino Fundamental – R\$ 242,57

III – 5ª a 8ª Séries do Ensino Fundamental - R\$ 263,79

IV – 1ª a 3ª Série do Ensino Médio – R\$ 325,52

Parágrafo segundo: A diferença entre o valor do crédito oficial e o valor do crédito a ser cobrado, será repassado ao aluno a título de gratuidade nos termos do art. 3º inciso VI do Decreto 2.536, de 07.04.1998 e Lei 10.260 de 12.07.01.

Parágrafo terceiro: O currículo do Ensino Fundamental será organizado observando-se as Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme Resolução 138/99 e 95/03 do CEE/RO;

Parágrafo quarto: O Ensino da Educação Física obedecerá ao estabelecido no art.26, Parágrafo 3º da LDB nº 9394/96.

Parágrafo quinto: Para a liberação da prática de Educação Física, deverá ser apresentado atestado médico, que impossibilite exercícios físicos pelo aluno.

CLÁUSULA 8ª - A primeira parcela será paga no ato da matrícula e as demais 11 (onze) parcelas, serão pagas a partir de fevereiro de 2007, até o dia 10 (dez) de cada mês.

Parágrafo primeiro: O valor da matrícula realizada até o dia 30/12/2006, será cobrado de acordo com a tabela de valores do ano de 2006.

Parágrafo segundo: A parte Contratante receberá os respectivos DOC's por ocasião da matrícula, ou em aula ou local que indicar. Em caso de extravio, a 2ª via poderá ser emitida através do Site www.ulbra.br, no link "auto-atendimento" ou solicitado à Tesouraria da Escola, até 30 (trinta) dias do vencimento;

Parágrafo terceiro: No caso de antecipação do pagamento da anuidade será concedido um desconto especial, exceto matrícula: para 11 parcelas – 8%; para 10 parcelas – 7%; para 9 parcelas – 6%; –; para 08 parcelas – 5%; para 07 parcelas – 4%; para 6 parcelas – 3%; para 5 parcelas – 2%; para 4 e 3 parcelas – 1%;

Parágrafo quarto: Após o dia 5 do mês subsequente ao vencimento o título poderá ser remetido para Cartório de Protesto, independente do cadastramento no Serviço de Proteção ao Crédito - SPC.

Parágrafo quinto: O CONTRATANTE deve manter sob sua guarda os respectivos comprovantes de pagamento de parcela para dirimir eventuais dúvidas que possam surgir, tendo em vista que tais pagamentos são efetuados por via bancária.

Parágrafo sexto: No que se refere ao pagamento da matrícula, das mensalidades e/ou de outros encargos acadêmicos através de cheques, considerar-se-á o ato efetivado somente após a compensação em conta em nome da ESCOLA.

Parágrafo sétimo: No caso de devolução de cheque, independentemente do motivo, poderá a ESCOLA atualizar os valores devidos, com aplicação do IGPM (ou índice que o substituir), juros legais até a data do efetivo pagamento e multa de 2% e honorários de 10%.

Parágrafo oitavo – Em caso de matrícula feita a destempo deverão ser feitos os pagamentos das parcelas vencidas até o ato da mesma.



ANEXO M – Dados gerais

PREFEITURA DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESCOLAR E ESTATÍSTICA

NÚMERO DE ALUNOS POR SÉRIE E SETOR – 2007

ZONA	1ª S	2ª S	3ª S	4ª S	TOTAL 1ª/4ª S	5ª S	6ª S	7ª S	8ª S	TOTAL 5ª/8ª S	TOTAL GERAL
RURAL	255	241	235	283	1014	303	281	231	188	1003	2017
URBANA	547	496	432	369	1844	-	-	-	-	-	1844
TOTAL	802	737	667	652	2858	303	281	231	188	1003	3861

DADOS POR CURSO - 2007

CURSOS	Nº ALUNOS	Nº PROF.	Nº TURMAS	Nº ESCOLAS	Nº SALAS
Maternal	146	08	08	03	08
Pré-escolar	1731	67	75	14	75
Aceleração *	73*	03	03	03	03
EJA (1ª a 4ª)	283	15	15	06	15
EJA (5ª a 8ª) Seriado	534	20	15	04	15
TOTAL	2694	113	116	30	116

OBS: * N° de alunos já somados em série de origem (quadro anterior) e não incluso no total deste quadro.

	RURAL	URBANA	TOTAL GERAL
Nº de Centro Mun. e Escolas de Educ. Infantil	-	14	14
Nº de Diretores de Escolas	09	14	23
Nº de Vice Diretores de escolas	06	05	11
Nº de Supervisores de escolas	7	10	17
Nº de Secretários (as)	05	10	15
Nº de Escolas – 1ª a 4ª série	09	07	16
Nº de Escolas – 5ª a 8ª série	08	-	08
Nº de Escolas Multisseriadas	07	-	07
Nº de Alunos que Dependem de Transporte Escolar	1951	32	1983
Nº de Alunos Especiais	18	46	64
Nº de Professores de 1ª a 4ª série do Ens. Fund.	45	68	113
Nº de Professores de 5ª a 8ª série do Ens. Fund.	47	-	47
Nº de Professores com Magistério	09	09	18
Nº de professores Cursando Superior	14	63	77
Nº de Professores com Nível Superior Completo	69	109	178
Nº de Salas de Aula (permanente)	61	79	140
Nº de Salas de Aula (provisória)	20	10	30
Nº de Turmas de 1ª a 4ª série do Ens. Fund.	39	68	107
Nº de Turmas de 5ª a 8ª série do Ens. Fund.	49	-	49
Nº de Turmas Multisseriadas	19	-	19
Total de Escolas	09	14	23
Total Geral de Alunos	2017	4538	6555
Total Geral de Professores	92	181	273
Total Geral de Salas de Aula	81	89	170
Total Geral de Turmas	107	184	291

Ji-Paraná – RO, 01 de outubro de 2007.

Rua Almirante Barroso, 1853 - Bairro Casa Preta – CEP 78.961-908 - Ji-Paraná – RO
Fone: (0xx69) 3416-4131/3416-4158 Fax: (0xx69) 3416-4166 E-mail: semedjp@pcnet.com.br



PREFEITURA DE JI-PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ESCOLAR
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO ESCOLAR E ESTATÍSTICA

RELAÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS URBANAS COM NÚMERO DE ALUNOS POR SÉRIE - CENSO ESCOLAR 2007

Nº	ESCOLA	Nº DE ALUNOS POR SÉRIE																				TOTAL GERAL	
		Pré					1ª					2ª					EJA						
		Mat	1ª	2ª	3ª	4ª	Ed-Inf	1ª	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª	9ª	10ª	11ª	12ª	13ª	14ª		
01	C.M.E.I. Marcelina Calogério	-	26	55	-	51	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	81
02	C.M.E.I. Profª Maria Antonia	30	39	47	41	177	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	177
03	C.M.E.I.E.F. Ruth Rocha	-	-	30	115	145	102	105	100	51	331	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	745
04	Centro de Ed. Infantil Maria D. Andreazza	49	72	123	102	351	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	351
05	Centro de Ed. Infantil Menino Jesus	-	-	92	110	192	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	192
06	Centro de Ed. Infantil Primavera	-	27	90	55	162	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162
07	Centro de Educação Infantil Nelson Dias	47	55	76	49	228	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	228
08	Centro Educacional Parque das Plântulas	-	-	25	25	48	81	75	72	60	288	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	370
09	Centro Mut. De. Inf. Profª Miriam T. Lopes	-	81	92	90	243	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	243
10	E.M.E.F. Jardim Vias	-	-	43	25	69	34	45	36	32	142	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400
11	E.M.E.F. Profª Almir Zancosel	-	-	-	24	24	31	31	28	28	119	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	143
12	E.M.E.F.E.F. Adão Valeski Lencina	-	-	18	43	62	136	107	78	57	408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	629
13	E.M.E.F.E.F. Jardinele Celea	-	-	-	71	71	100	117	56	58	408	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	659
14	E.M.E.F.E.F. Profª Cassia Augusto Pocco	-	-	-	24	24	30	26	19	15	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	128
TOTAL GERAL		195	281	573	773	1877	567	696	632	369	1844	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4638

Ji-Paraná, 17 de setembro de 2007.

ANEXO L - Relação de escolas urbanas com número de alunos por série

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INF. E FUNDAMENTAL ADÃO VALDIR LAMOTA
EQUIPE DE PROFESSORES EXCETO EJA

PREFEITURA MUNICIPAL JI-PARANA

Data: 05/06/2008 Página: 1/1

Planilha de Dados - Projeção Folha Anual

- Folha de Pagamento Mensal - Competência : 12/2007 Faixa salarial 1.00 a 999999,00

Seleção: *Entidade = 1; *Competencia = 31/12/2007; *MatriculaFinal = 9999999; *LotacaoInicial = 11000; *LotacaoFinal = 19999; *Organogramas = 0; *Cargos = 9999; *somenta_spo_cargo = 9999; *exceto_spo_cargo = 0; *Vinculos = 9999; *TipoProcessamento = 11; *Situacao = 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12
13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 9999; *Cabecalho = - Folha de Pagamento Mensal -; *Matriculas = 999999999; *codigo_vinculo_estatutaria = 2; *codigo_vinculo_ct = 1; *admissao_inicial = 01/01/1950; *admissao_final = 05/06/2008; *bruto_ini = 1.00; *bruto_fm = 999999.00; *usa_tabela_temporaria = S

Lotacao	Qde	Proventos	Sal.Fam	Previd.	Inss	InssEmp	Fgts	Plan Extr	H.Extr.	1/3 Fer.	Bruto	Liquido Ban	13 sal	Ferias	Bruto Anual
FUNDEB - ENS FUND - 60	15	15.797,11	104,38	1.295,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.924,27	205.105,32	154.755,36	17.092,11	5.697,37	227.894,80
FUNDEB - ENS FUND - 60 - SEM V	1	1.577,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	121,33	18.927,96	18.499,80	1.577,33	525,78	21.031,07
FUNDEB - EDU INF - 60	3	1.999,82	85,50	148,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	449,96	25.779,60	21.761,88	2.148,30	716,10	28.644,00
FUNDEB - APOIO ENS FUND	1	886,09	0,00	73,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	221,52	11.510,28	7.710,48	959,19	319,73	12.789,20
		Proventos	Sal.Fam	Previd.	Inss	InssEmp	Fgts	Plan Extr	H.Extr.	1/3 Fer.	Bruto	Liquido banc	13 sal	Ferias	Bruto Anual
		20.260,35	189,88	1.516,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.717,08	261.323,16	202.727,52	21.776,93	7.258,98	290.359,07
Tot.Func.	20 Efetivos	19 COM	F.G.	C.L.T.	Val Transp	3.199,68	Aux.Aliment.	13.965,00	Faltas	0,00	Lic.Matern.	0,00	Aux.Doenca	n n	

ANEXO N - Folha de pagamento dos professores da escola

Adão Valdir Lamota

PREFEITURA MUNICIPAL JI-PARANA

Data: 30/05/2008 Página: 1/1

Planilha de Dados - Projeção Folha Anual

- Folha de Pagamento Mensal - Competencia : 12/2007 Faixa salarial 1.00 a 999999.00

Seleção: "Entidade = 1; "Competencia = 31/12/2007; "MatriculaInicial = 1; "MatriculaFinal = 9999999; "LotacaoInicial = 11000; "LotacaoFinal = 13999; "Organogramas = 0; "Cargos = 9999; "somente_tipo_cargo = 9999; "exceto_tipo_cargo = 0; "Vinculos = 9999; "TipoProcessamento = 11; "Situação = 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 9999; "Cabecalho = - Folha de Pagamento Mensal - ; "Matriculas = 9999999999; "codigo_vinculo_estatutario = 2; "codigo_vinculo_ct = 1; "admissao_inicial = 01/01/1950; "admissao_final = 30/05/2008; "bruto_ini = 1.00; "bruto_fim = 999999.00; "usa_tabela_temporaria = S

Lotacao	Qde	Proventos	Sal.Fam	Previd.	Inss	InsaEmp	Fgts	Plan Extr	H.Extr.	1/3 Fer.	Bruto	Liquido Banc	13 sal	Ferías	Bruto Anual
FUNDEB - ENS FUND - 60	19	19.286,01	176,24	1.560,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.695,55	250.163,40	196.451,04	20.846,95	6.948,98	277.959,33
FUNDEB - EDU INF - 60	1	664,55	0,00	54,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	165,14	8.632,44	7.791,96	719,37	239,79	9.591,80
FUNDEB - APOIO ENS FUND	1	810,75	16,26	66,89	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	202,69	10.531,68	9.541,44	877,64	292,55	11.701,87
		Proventos	Sal.Fam	Previd.	Inss	InsaEmp	Fgts	Plan Extr	H.Extr.	1/3 Fer.	Bruto	Liquido banc	13 sal	Ferías	Bruto Anual
		20.761,31	192,50	1.682,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.064,38	269.327,52	213.784,44	22.443,96	7.481,32	299.252,80
Tot.Func.	21 Efetivos	21 COM	F.G.	C.LT	VafTransp	1.943,76	Aux.Aliment.	13.125,00	Faltas	0,00	Lic.Matern.	0,00	Aux.Doença	0,00	

PROFESSORES JANDINEI CELLA

ANEXO P - Folha de pagamento dos professores da escola Jandinei Cella

Planilha de Dados - Projeção Folha Anual

- Folha de Pagamento Mensal - Competência : 12/2007 Faixa salarial 1.00 a 999999.00

Seleção: "Entidade = 1; "Competencia = 31/12/2007; "MatriculaInicial = 1; "MatriculaFinal = 9999999; "LotacaoInicial = 11000; "LotacaoFinal = 13999; "Organogramas = 0; "Cargos = 9999; "somente_tipo_cargo = 9999; "exceto_tipo_cargo = 0; "Vinculos = 9999; "TipoProcessamento = 11; "Situacao = 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 9999; "Cabecalho = - Folha de Pagamento Mensal -; "Matriculas = 999999999; "codigo_vinculo_estatutario = 2; "codigo_vinculo_ct = 1; "admissao_inicial = 01/01/1990; "admissao_final = 30/05/2008; "bruto_ini = 1.00; "bruto_fim = 999999.00; "usa_labela_temporaria = S

Lotacao	Qde	Proventos	Sal.Fam	Previd.	Inss	InssEmp	Fgts	Plan Extr	H.Extr.	1/3 Fer.	Bruto	Liquido Ban	13 sal	Ferías	Bruto Anual
FUNDEB - ENS FUND - 60	4	7.089,04	0,00	513,34	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.772,26	91.228,56	58.350,96	7.602,38	2.534,13	101.365,07
FUNDEB - APOIO ENS FUND	11	5.543,52	147,92	465,14	0,00	0,00	0,00	0,00	358,34	1.114,94	76.404,00	62.992,92	6.367,00	2.122,33	84.893,33
		Proventos	Sal.Fam	Previd.	Inss	InssEmp	Fgts	Plan Extr	H.Extr.	1/3 Fer.	Bruto	Liquido banc	13 sal	Ferías	Bruto Anual
		12.632,56	147,92	978,48	0,00	0,00	0,00	0,00	358,34	2.887,20	167.632,56	121.343,88	13.969,38	4.656,46	186.258,40
Tot.Func.	15 Efetivos	15 COM	F.G.	3 C.L.T.	Val Transp	273,60	Aux.Aliment.	12.600,00	Faltas	0,00	Lic.Matern.	0,00	Aux.Doenca	0,00	

Jandinei Cella, exceto professores.

ANEXO Q - Folha de pagamento do pessoal de apoio da escola Jandinei Cella